

Política de Segurança Alimentar na Moradia Estudantil: Impacto sobre a Vida Acadêmica de seus Residentes

Food Security Policy in Student Housing: Impact on the Academic Life of its Residents

Política de Seguridad Alimentaria en las Residencias Estudiantiles: Impacto en la Vida Académica de sus Residentes

Maria Cristina Rosifini **ALVES REZENDE**

Professora Associada, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Odontologia de Araçatuba,
Departamento de Materiais Odontológicos e Prótese, 16015-050 Araçatuba -SP, Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-1327-9667>

Caio Batista de **SOUZA**

Acadêmico de Odontologia, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Odontologia de Araçatuba, 16015-050 Araçatuba -SP, Brasil
<https://orcid.org/0009-0003-2643-240X>

João Pedro Justino de Oliveira **LIMÍRIO**

PhD, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Odontologia de Araçatuba,
Departamento de Materiais Odontológicos e Prótese, 16015-050 Araçatuba -SP, Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-8620-8480>

Jéssica Marcela de Luna **GOMES**

Professora Assistente Doutora, Departamento de Materiais Odontológicos e Prótese, Faculdade de Odontologia de Araçatuba,
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho (UNESP) 16015-050 Araçatuba - São Paulo, Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-2621-6200>

Victor Perinazzo **SACHI**

Mestrando, Programa de Pós-Graduação em Odontologia, Faculdade de Odontologia de Araçatuba,
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho (UNESP) 16015-050 Araçatuba - São Paulo, Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-9044-737X>

André Pinheiro de Magalhães **BERTOZ**

Professor Assistente Doutor, Departamento de Odontologia Infantil e Social, Faculdade de Odontologia de Araçatuba,
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho (UNESP) 16015-050 Araçatuba - São Paulo, Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-1746-3138>

Resumo

Dentre as Políticas de Assistência Estudantil, o programa de Moradia Estudantil se coloca como importante estratégia para a permanência estudantil, garantindo a igualdade de oportunidades aos estudantes em situação de vulnerabilidade na perspectiva do direito social, proporcionando as condições básicas para sua permanência na Instituição de Ensino Superior (IES). Outrossim, na medida em que assegura os meios necessários ao pleno desempenho acadêmico, contribui para a melhoria do Sistema Universitário, ao prevenir e/ou erradicar a evasão escolar, sobretudo, quando decorrente de dificuldades socioeconômicas. Outrossim, ações afirmativas que busquem inibir a insegurança alimentar, permitindo nutrição saudável, fortalecem acolher o estudante universitário em situação de vulnerabilidade socioeconômica, apartado de sua rede de apoio e distante da sua cidade de origem, democratiza as condições de permanência, minimizando as desigualdades sociais, contribuindo para a promoção da inclusão social por meio da Educação Superior. O presente estudo reflete sobre a ação afirmativa protagonizada pelas ações de permanência estudantil protagonizadas pela Moradia Estudantil e Segurança Alimentar, na busca da superação e enfrentamento da desigualdade, em uma perspectiva de justiça e equidade social.

Descritores: Universidades; Educação Superior; Iniquidade Social.

Abstract

Among the Student Assistance Policies, the Student Housing Program is an important strategy for student retention, guaranteeing equal opportunities to students in vulnerable situations from the perspective of social rights, providing the basic conditions for their permanence in the Higher Education Institution (HEI). Furthermore, to the extent that it ensures the necessary means for full academic performance, it contributes to the improvement of the University System, by preventing and/or eradicating school dropouts, especially when resulting from socioeconomic difficulties. Furthermore, affirmative actions that seek to inhibit food insecurity, allow healthy nutrition, strengthen the reception of university students in situations of socioeconomic vulnerability, separated from their support network and far from their city of origin, democratize the conditions for permanence, minimize social inequalities, and contribute to the promotion of social inclusion through Higher Education. This study reflects on the affirmative action carried out by student retention actions led by Student Housing and Food Security, in the search for overcoming and confronting inequality, from a perspective of justice and social equity.

Descriptors: Universities; Education, Higher; Social Inequity.

Resumen

Entre las Políticas de Asistencia Estudiantil, el Programa de Alojamiento Estudiantil constituye una estrategia clave para la retención estudiantil, garantizando la igualdad de oportunidades a los estudiantes en situación de vulnerabilidad desde la perspectiva de los derechos sociales y proporcionando las condiciones básicas para su permanencia en la Institución de Educación Superior (IES). Además, al asegurar los recursos necesarios para un rendimiento académico pleno, contribuye a la mejora del Sistema Universitario, previniendo o erradicando la deserción escolar, especialmente cuando se deriva de dificultades socioeconómicas. Asimismo, las acciones afirmativas que buscan inhibir la inseguridad alimentaria, permitiendo una nutrición saludable, fortalecen la acogida de estudiantes universitarios en situación de vulnerabilidad socioeconómica, separados de su red de apoyo y lejos de su ciudad de origen, democratizan las condiciones de permanencia, minimizan las desigualdades sociales y contribuyen a la promoción de la inclusión social a través de la Educación Superior. Este estudio reflexiona sobre las acciones afirmativas llevadas a cabo por las acciones de retención estudiantil lideradas por el Programa de Alojamiento Estudiantil y Seguridad Alimentaria, en la búsqueda de la superación y el enfrentamiento de la desigualdad, desde una perspectiva de justicia y equidad social.

Descriptores: Universidades; Educación Superior; Inequidad Social.

INTRODUÇÃO

Carvalho¹ aponta o pioneirismo da UERJ, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, ao adotar políticas de ações afirmativas para o ingresso de acadêmicos a partir do seu vestibular para o ano de 2003, reservando vagas para estudantes oriundos de escolas públicas. Em 2004,

a Universidade de Brasília adotou a política de cotas raciais, reservando 20% das vagas do vestibular para os estudantes que se autodeclarassem e fossem considerados negros por banca avaliadora.

Para Alves Rezende et al.², estratégias para que jovens e adultos não somente concluam o

ensino médio, mas também acessem o ensino superior, perpassam pela consolidação de políticas de ações afirmativas e sistemas de assistência estudantil, os quais têm criado as condições necessárias não somente para o acesso, como também para a permanência e formação de qualidade de estudantes em situação de vulnerabilidade no espaço universitário³. Para os autores, estratégias para lidar com a desigualdade educacional assumem muitas formas, embora talvez o argumento mais frequentemente invocado seja a integração escolar.

Segundo Schmitz Júnior⁴ há que se considerar a transformação da sociedade por meio da popularização do acesso ao Ensino Superior, já que as Universidades, muito além de seu papel na formação de recursos humanos, se mostra como palco de fomento de debates e reflexões, essenciais ao desenvolvimento do pensamento crítico, contribuindo assim para a formação de profissionais cidadãos, capazes de analisar diferentes cenários na tomada de decisões, na busca por soluções para questões econômicas, políticas, culturais e sociais.

Para Pereira et al.⁵ a moradia estudantil pode ser considerada estratégia social caracterizada por acolher o estudante universitário, oriundo de cidade distinta da Instituição de Ensino Superior (IES), distante, portanto, da sua rede de apoio e em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Sua missão é democratizar as condições de permanência, minimizando as desigualdades sociais, contribuindo para a promoção da inclusão social por meio da Educação Superior.

Garrido⁶ destaca que, diferente da grande maioria das Moradias Estudantis brasileiras, observa-se a oferta de alojamentos ou moradias estudantis, como parte dos serviços das Universidades, quase sempre pagos, em diversos países, tais como Austrália, Canadá, Irlanda e Estados Unidos.

De um modo geral, legislação em nível Federal e Estadual regulamentam as responsabilidades institucionais do ensino superior público nas ações de assistência, colocando a Moradia Estudantil como primeiro item listado. No âmbito federal, o Decreto nº 7.234/2010, atualizado da Portaria Normativa nº 39/2007, dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)⁷. Já no âmbito estadual, a regulamentação se dá pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Ensino Superior Públicas Estaduais (PNAEST), instituído pela normativa nº25, de 28 de dezembro de 2010. Em adição, no Estado de São Paulo, a Lei Complementar nº 1.259/2015 e o Decreto nº 63.979/2018 estabelecem um sistema de pontuação diferenciada e reserva de vagas para

candidatos pretos, pardos e indígenas. Em adição, ainda no âmbito do Estado de São Paulo, por meio do Programa Paulista de Inclusão Social no Ensino Superior (PPISES), as universidades estaduais paulistas, USP, UNESP e UNICAMP, adotaram políticas de ações afirmativas de maior abrangência para estudantes de escolas públicas, pretos, pardos e indígenas. Importante destacar que as IES estaduais que participam da seleção Unificada (SISU) contam também com recursos do governo federal para a promoção de ações voltadas à assistência estudantil. São elas, no Paraná, UEL (Universidade Estadual de Londrina), UEM (Universidade Estadual de Maringá), UNIOESTE (Universidade Estadual do Oeste do Paraná), UNICENTRO (Universidade Estadual do Centro-Oeste), UNESPAR (Universidade Estadual do Paraná) e UENP (Universidade Estadual do Norte do Paraná). Na Bahia, UEFS (Universidade Estadual de Feira de Santana), UESB (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia) e UNEB (Universidade do Estado da Bahia). Também se incluem UEPB (Universidade Estadual da Paraíba) e UESPI (Universidade Estadual do Piauí).

A implantação do PNAEST trouxe consigo a ampliação das ações afirmativas de assistência estudantil, além da moradia estudantil, tais como auxílios socioeconômico, segurança alimentar e nutricional e transporte, com vistas à redução da evasão, inclusão social e desenvolvimento acadêmico⁸.

No que se refere às ações de permanência estudantil voltadas à Segurança Alimentar e Nutricional, a literatura aponta que estudantes em situação de insegurança alimentar apresentam baixos limiares de concentração, aliados a impactos negativos sobre o rendimento/desempenho acadêmico^{9,10}.

A Constituição Federal de 1988, promulgada em 05 de outubro daquele ano, reconhece a saúde como direito de todos e dever do Estado e, em seu artigo 60, assegura o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), a qual se concretiza quando todas as pessoas têm acesso garantido e ininterrupto à alimentação saudável por meios próprios e sustentáveis¹¹. Tal direito está contemplado no artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, ampliado em sua definição por meio de outros dispositivos do Direito Internacional, como o artigo 11 do Pacto de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais¹².

Dubick et al.¹³ acreditam que frente ao novo perfil sociodemográfico do estudante que acessa o ensino superior, a insegurança alimentar e nutricional e a falta de acesso consistente a alimentos seguros e saudáveis, se mostra como área emergente de preocupação entre estudantes universitários e instituições de ensino superior.

Bruenig et al.¹⁴, em 2017, após levantamento sistemático revisar da literatura revisada por pares e da literatura cinzenta avaliaram a prevalência de insegurança alimentar em instituições de ensino superior, bem como fatores a ela relacionados entre alunos e soluções sugeridas/praticadas. Seus resultados apontaram que dos dezessete estudos revisados por pares e 41 fontes de literatura cinzenta identificadas (de 11.476 títulos transversais), altas taxas de insegurança alimentar foram encontradas entre os estudantes, com taxas médias na literatura cinzenta e revisada por pares de 35% e 42%, respectivamente. Segundo os autores, a insegurança alimentar foi consistentemente associada às questões econômicas, problemas de saúde e resultados acadêmicos adversos. Como soluções para abordar a segurança alimentar em IES foram sugeridos modelos socioecológicos, mas as soluções mais praticadas incluíram aquelas nos níveis intrapessoal, interpessoal e institucional. Com base nos resultados obtidos Bruenig et al. concluíram que a insegurança alimentar é um grande problema de saúde pública entre estudantes do ensino superior, o que exige estudos para avaliar o impacto a longo prazo da insegurança alimentar nessa população vulnerável, bem como sobre a eficácia das intervenções de insegurança alimentar.

Estudos conduzidos por Meza et al.¹⁵ em 2019, exploraram criticamente a experiência de insegurança alimentar entre 25 estudantes universitários americanos e seu impacto na saúde psicossocial e desempenho acadêmico. Seus resultados apontaram que o estresse da insegurança alimentar interfere na vida cotidiana, gerando medo de decepcionar a família, ressentimento de alunos em situações alimentares e financeiras mais estáveis, incapacidade de desenvolver relacionamentos sociais, tristeza por refletir sobre a insegurança alimentar, sentimento de desesperança ou de não merecer ajuda, além de frustração direcionada à instituição acadêmica por não fornecer apoio suficiente. Ademais, os alunos também reportaram como a insegurança alimentar afetou seu desempenho acadêmico por meio de manifestações físicas de fome e do equilíbrio mental entre focar na comida e focar nos estudos.

REVISÃO DA LITERATURA

○ *Ações para Permanência Estudantil: Moradias Estudantis nas Universidades Estaduais Paulistas*

Na USP (Universidade de São Paulo) nos campi de Bauru, Piracicaba, Pirassununga, Ribeirão Preto, São Carlos e São Paulo (Butantã e Casa Estudante de Medicina) as moradias estudantis disponibilizam mais de 2500 vagas para estudantes da graduação e pós-graduação, dentro da própria área da universidade. Oferecida

gratuitamente, a Moradia Estudantil da USP compõe a política de permanência e pertencimento estudantil da instituição, buscando a diminuição da evasão escolar dos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica.

Na UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas) o Programa de Moradia Estudantil (PME), oferta aos alunos de graduação e pós-graduação, 904 vagas no Campus de Campinas, distribuídas em 226 unidades com capacidade para 4 moradores cada, além de 27 estúdios com capacidade de uma família para cada.

Na UNESP (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”) as Moradias Estudantis estão presentes em 13 das 24 cidades paulistas onde a Unesp possui Campus Universitário ofertando cerca de 1240 vagas a alunos da graduação assim distribuídas: Araçatuba, 64 vagas; Araraquara, 128 vagas; Assis, 119 vagas; Bauru, 32 vagas; Botucatu, 64 vagas; Franca, 86 vagas; Guaratinguetá, 54 vagas; Ilha Solteira, 288 vagas; Marília, 95 vagas; Presidente Prudente, 128 vagas; Rio Claro, 96 vagas; São José do Rio Preto, 64 vagas; São Paulo, 22 vagas.

○ *Ações para Permanência Estudantil: Segurança Alimentar nas Universidades Estaduais Paulistas*

Na USP (Universidade de São Paulo), o PAPFE, Programa de Apoio à Permanência e Formação Estudantil, oferece acesso gratuito às refeições nos Restaurantes Universitários. Assim, diariamente é garantido que o estudante de permanência estudantil realize três refeições diárias: café da manhã, almoço e jantar. Os restaurantes no Butantã (Restaurantes Central, Física, Química e PUSP-C) Quadrilátero Saúde/Direito (Restaurantes Faculdade de Saúde Pública, Escola de Enfermagem e Faculdade de Direito), FACH, Bauru, Lorena, Piracicaba, Pirassununga, Ribeirão Preto e São Carlos.

Na UNICAMP (Universidade de Campinas) os Restaurantes Universitários dos Campi de Limeira e Campinas, alunos com perfil socioeconômico aprovado têm direito à isenção do pagamento das refeições através da Bolsa Alimentação (BITA).

Na UNESP (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”) os Restaurantes Universitários (RUs) oferecem refeições com preços subsidiados para alunos cotistas. Alunos contemplados com a Permanência Estudantil, que inclui auxílio alimentação, têm direito a um valor menor na refeição. Não há gratuidade total para cotistas, mas o valor da refeição é significativamente reduzido para aqueles que fazem parte do programa de Permanência Estudantil. Os Rus estão localizados nos Campi de Araraquara, Assis, Bauru, Botucatu, Franca, Ilha Solteira, Jaboticabal, Marília, Presidente Prudente, Rio Claro e São José do Rio Preto. Nas Unidades

Universitárias da Unesp que não contam com Rus, é ofertado o auxílio-alimentação.

○ *Moradia Estudantil do Campus da Unesp de Araçatuba*

A Moradia Estudantil do Campus da Unesp de Araçatuba, inaugurada em 1992, conta com 8 casas, divididas em 2 blocos, com capacidade máxima de 8 alunos por casa, permitindo assim a moradia para 64 alunos dos cursos de Graduação em Odontologia (Integral e Vespertino-Noturno) e Medicina Veterinária.

Conta com uma Comissão Local de Moradia, importante via representante para a organização dos estudantes no diálogo com a instituição. Composta por dois docentes indicados pela Congregação da Unidade; um docente indicado pela Comissão Local de Extensão Universitária e Cultura - CPEUC; dois alunos moradores, eleitos entre seus pares e um servidor técnico-administrativo, preferencialmente Assistente Social, escolhido pela CPEUC. Suas competências incluem propor soluções à Direção das Unidades (Faculdade de Odontologia e Faculdade de Medicina Veterinária) para todos os assuntos pertinentes à administração e ao funcionamento da moradia estudantil; participar das atividades diárias necessárias ao bom funcionamento da moradia e zelar pela sua organização; elaborar e propor alterações do Regulamento Interno do Programa de Moradia Estudantil, respeitados o Estatuto e o Regimento Geral da UNESP; vistoriar as dependências internas e externas da Moradia, sempre que necessário e na presença de um ocupante e propor a exclusão de participantes do Programa, nas formas previstas no Regimento Interno da Moradia.

○ *Programa SANS na FOA/UNESP*

O auxílio-alimentação para alunos contemplados com o Programa de Permanência Estudantil na FOA (Faculdade de Odontologia de Araçatuba) da UNESP é um benefício concedido por meio do Programa de Permanência Estudantil a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. O referido auxílio pode ser concedido de forma cumulativa com outros auxílios, tais como auxílio socioeconômico 1 e 2 e moradia estudantil. De um modo geral, todo aluno contemplado com a Moradia Estudantil, receberá auxílio socioeconômico (1 ou 2, de acordo com critério socioeconômico) e auxílio-alimentação. Ademais, os alunos contemplados com auxílio-alimentação também receberão mensalmente cesta-básica e, semanalmente, cesta-verde. O auxílio-alimentação visa garantir que estudantes possam manter-se na universidade, fornecendo suporte financeiro para alimentação.

Alves-Rezende e Souza¹⁶ ao avaliar o impacto da política de segurança alimentar e nutricional sustentável (SANS) sobre os residentes

da Moradia Estudantil do Campus Unesp de Araçatuba, observou dentre os 40 respondentes (de um universo de 43 moradores), que a faixa etária variou de 17 a 26 anos, sendo 94,9% matriculados nos cursos de Odontologia, 75% do sexo feminino. Quando questionados sobre suas atividades extracurriculares, 56,3% participavam de Iniciação Científica e 50% de atividades de extensão, sendo que 62,5% recebiam bolsas pela participação nos projetos de Iniciação Científica ou Extensão Universitária. Quando considerado o coeficiente de rendimento (CR) nas disciplinas, 15,8% reportaram CR na faixa 8 a 10, 57,9% na faixa 6 a 8 e 26,3% na faixa 5 a 6. No que se refere à avaliação da política SANS 27,5% consideraram ação muito satisfatória, 67,5% satisfatória e 15% insatisfatória. Este último grupo de alunos atribui à falta do restaurante Universitário o maior prejuízo da ação de permanência.

DISCUSSÃO

No contexto brasileiro, o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE)¹⁷ em estudo realizado para o período 1997 a 2010 em Universidades Federais, observou que o percentual de estudantes residentes em moradias manteve-se estável em aproximadamente 2,5%. Porém, o percentual de estudantes residentes fora do contexto familiar passou de aproximadamente 23% para 30% entre 1997 e 2004. Lacerda e Valentini¹⁷ alertam que o número de vagas em moradias estudantis não acompanhou a mudança da dinâmica de mobilidade das universidades brasileiras das últimas décadas.

Lacerda e Valentini¹⁸, em pesquisa com 408 estudantes, residentes e não residentes em Moradia Estudantil da Universidade Federal Fluminense, objetivou avaliar o impacto da moradia estudantil sobre a vida acadêmica de universitários, com reflexos sobre sua permanência na universidade. Os resultados indicaram que o crescimento do rendimento acadêmico é maior entre os residentes, com menor trancamento de disciplinas se comparados aos não residentes. Segundo os autores, tais resultados confirmam o impacto positivo da moradia estudantil sobre o rendimento acadêmico e permanência do estudante na universidade, contribuindo para a formação de universitários que possuem nível socioeconômico desfavorável em relação aos seus pares da faculdade.

Osse¹⁹ ao estudar os pródromos e Qualidade de Vida de Jovens na Moradia Estudantil da Universidade de Brasília, aponta que as moradias estudantis impactam fortemente os estudantes, nos aspectos sociais e emocionais, com reflexos na saúde sistêmica e mental. Para o autor os aspectos emocionais perpassam a saída

da casa dos pais, geralmente pela primeira vez, para residir na própria universidade, o que, pelos dados levantados em seu estudo, demandou aumento do atendimento psicológico. Ademais, o estudo indicou que grande parte dos estudantes passa por dificuldades socioeconômicas, com necessidade de apoio para permanência no ensino superior.

Loofbourrow et al.²⁰ buscaram revisar os impactos e as soluções para a insegurança alimentar em estudantes universitários, com ênfase particular nos Estados Unidos e, especificamente, na Califórnia. Segundo os autores, a insegurança alimentar, enquanto fenômeno global, afeta diversos grupos sociais, econômicos e em diferentes fases da vida. Os estudantes universitários, enquanto grupo afetado pela insegurança alimentar, tendem a vivenciar a insegurança alimentar em uma prevalência que excede a média de suas comunidades locais. Para Loofbourrow et al.²⁰, os impactos da insegurança alimentar nessa população são multifacetados e têm implicações para sua experiência universitária e além, com efeitos negativos no desempenho acadêmico e saúde física e mental.

Bruening et al.¹⁴ alertam que globalmente, estudantes universitários que frequentam instituições de ensino superior apresentam altas taxas de insegurança alimentar. Para os autores, a insegurança alimentar entre estudantes universitários se mostra alarmante alta em instituições de ensino superior, e as evidências limitadas disponíveis até o momento sugerem que ela é vivenciada por uma média de aproximadamente um terço a metade dos estudantes nas instituições avaliadas.

Anderson et al.²¹, ao considerarem que a insegurança alimentar como a falta de acesso consistente e confiável a alimentos suficientes, acessíveis e nutritivos para sustentar um estilo de vida saudável, alertam que nas universidades americanas prevalência de insegurança alimentar entre estudantes é significativamente maior do que a média das famílias, indicando claramente que esta deve ser uma prioridade de saúde pública. Para os autores, as altas taxas verificadas nesse grupo se deve à demografia dos estudantes universitários, que se diversificou ao longo do tempo.

Nos Estados Unidos, de acordo com estudos de Dubick et al.¹³ observa-se ingressos com mais tempo desde a finalização do ensino médio ou oriundos de famílias com menor condição socioeconômicas ou de grupos minoritários raciais e sexuais (LGBTQ+). Segundo os autores, esses estudantes podem estar em maior risco de experimentar insegurança alimentar, expondo, segundo disparidades nas taxas de insegurança alimentar entre os grupos populacionais.

Importante destacar os estudos de Baldan²² que aporta o papel relevante do processo de inclusão de estudantes no ensino superior, democratizando e pluralizando as instituições de ensino superior, no enfrentamento de políticas excludentes, na construção de um novo projeto societário. Frente a um país com um dos maiores índices de desigualdade na educação, Moreira et al.²³ lembram que no Brasil, quanto maior a renda familiar, maior é o acesso ao ensino superior, de tal modo que a renda familiar supera qualquer outro fator que possa ser considerado na análise da desigualdade educacional brasileira.

Nesse aspecto Carmo e Guizardi²⁴ argumentam que a vulnerabilidade deve ser considerada como determinada por mais de um fator. Assim apenas a condição socioeconômica não pode ser considerada isoladamente, mas deve sim ser associada à fragilidade de vínculos afetivos-relacionais e à desigualdade de acesso a serviços e bens públicos.

Em continuidade, Santos²⁵ aponta que o ingresso em uma Instituição de Ensino Superior é considerado pela sociedade como um processo de ascensão social, possibilitando travessia econômica. Logo, a democratização do acesso ao ensino superior perpassa pelo reconhecimento do caráter elitista do nível superior e do filtro socioeconômico exercido tanto pelos concorridos vestibulares para ingresso nas instituições públicas, como pelas altas mensalidades das privadas.

Ingresso, permanência e qualidade da formação do recurso humano contemplado pelos Programas de Permanência carecem de ampla discussão em seu caráter multidimensional e indissociável, garantindo o acesso efetivo ao ensino superior²⁶, distante de uma visão simplista, considerando, além do aspecto econômico, as fragilidades sociais, educacionais e culturais²⁷. Para os autores, experimentar uma moradia estudantil amplia em seus moradores os impactos predominantemente positivos de vivenciar o espaço universitário.

CONCLUSÃO

O cenário da educação superior no Brasil, observado nas últimas décadas, aponta o ingresso de estudantes oriundos das classes sociais menos favorecidas economicamente, requerendo ações afirmativas institucionais, essenciais para permanência e formação acadêmica com qualidade. Dentre elas, a moradia estudantil, ao lado de ações para inibir a insegurança alimentar, permitindo nutrição saudável, ao acolher o estudante universitário em situação de vulnerabilidade socioeconômica, apartado de sua rede de apoio e distante da sua cidade de origem, democratiza as condições de permanência, minimizando as desigualdades sociais,

contribuindo para a promoção da inclusão social por meio da Educação Superior.

REFERÊNCIAS

1. Carvalho JJ. A política de cotas no Ensino Superior: Ensaio descritivo e analítico do Mapa das Ações Afirmativas no Brasil. Brasília: Ministério da Educação/Instituto de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa, 2016.
2. Alves Rezende MCR, Correa AS, Gasques BSS, Ladeia KRR, Silveira LSB, Santos LC. Ações no Espaço Universitário para Acesso ao Ensino Superior de Grupos Vulneráveis. Arch Health Invest. 2024;13(10):3090-3096.
3. Silveira LSB, Correa AS, Gasques BSS, Ladeia KRR, Santos LC, Bento VAA, et al. Espaço universitário: vivência e cidadania na perspectiva de ações para acesso ao ensino superior de grupos vulneráveis. In: Alves Rezende MCR, Giotti AM, Salzedas LMP. Anais SimpOdonto 2022 -Simpósio em Odontologia da FOA/UNESP. Arch Health Invest. 2022;11(Spec Issue 12):31.
4. Schmitz Júnior S. Gestão universitária democrática: reflexões e proposições às universidades federais de Santa Catarina. Tese (Doutorado em Administração), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019
5. Pereira PAR, Amorim-Ribeiro BEM, Soares AB. Desafios e práticas na gestão de moradias universitárias públicas brasileiras. Ensaio: aval pol públ Educ. 2024; 32(124):e0244271.
6. Garrido EN. A experiência da moradia estudantil universitária: impactos sobre seus moradores Psicol cienc prof. 2015;35(3):726-739.
7. BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Fonte: Os Autores. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm Acesso em: 24 nov. 2024.
» http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm
8. Santos AF. O papel da política SANS da Unesp como pilar fundamental para a permanência estudantil [Monografia – Trabalho de Conclusão de Curso]. Franca: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais; 2024.
9. Phillips E, McDaniel A, Croft A. Food Insecurity and Academic Disruption Among College Students. J Stud Aff Res Pract. 2018; 55:353-372.
10. van Woerden I, Hruschka D, Vega-López S, Schaefer DR, Adams M, Bruening M. Food Insecure College Students and Objective Measurements of Their Unused Meal Plans. Nutrients. 2019;11(4):904.
11. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 5 out. 1988. Seção 1, p.1
12. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 12 dez. 2024.
13. Dubick J, Mathews B, Cady C. Hunger on campus: The challenge of food insecurity for college students. Retrieved from National Student Campaign Against Hunger & Homelessness. 2016. Disponível em: <<https://studentsagainsthunger.org/hunger-on-campus/>>. Acesso em: 12 nov. 2024.
14. Bruening M, Argo K, Payne-Sturges D, Laska MN. The Struggle Is Real: A Systematic Review of Food Insecurity on Postsecondary Education Campuses. J Acad Nutr Diet. 2017;117(11):1767-1791.
15. Meza A, Altman E, Martinez S, Leung CW. "It's a Feeling That One Is Not Worth Food": A Qualitative Study Exploring the Psychosocial Experience and Academic Consequences of Food Insecurity Among College Students. J Acad Nutr Diet. 2019;119(10):1713-1721.e1.
16. Alves Rezende MCR, Souza CB. Relatório Final Bolsa COPE. Política de Segurança Alimentar e Nutrição Sustentável (SANS) na Moradia Estudantil: impacto sobre a vida acadêmica de seus residentes. Araçatuba: Faculdade de Odontologia de Araçatuba, UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2024.
17. FONAPRACE. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras. Brasília. 2011. Recuperado: 30 nov 2024. Disponível: http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/1377182836Relatorio_do_perfi_dos_estudantes_nas_universidades_federais.pdf, em).
18. Lacerda IP, Valentin F. Impacto da Moradia Estudantil no Desempenho Acadêmico e na Permanência na Universidade. Psicol Esc Educ. 2018;22(2):413-423.
19. Osse CMC. Pródromos e Qualidade de Vida de Jovens na Moradia Estudantil da Universidade de Brasília [dissertação]. Brasília: UNB, Universidade de Brasília, 2008.
20. Loofbourrow BM, Scherr RE. Food Insecurity in Higher Education: A Contemporary Review of Impacts and Explorations of Solutions. Int J Environ Res Public Health. 2023;20(10):5884.
21. Anderson A, Lazarus J, Anderson Steeves E. Navigating Hidden Hunger: An Exploratory Analysis of the Lived Experience of Food Insecurity among College Students. Int J Environ Res Public Health. 2022;19(19):12952.
22. Baldan M. Cursinhos Pré-Vestibulares Populares e a potencialidade do seu projeto social: muito além da pandemia. Reveduc. 2024; 18(1):e446059.

23. Moreira GO, Ferraresi FH, Carvalho EM, Amaral E. Inclusão social e ações afirmativas no ensino superior no Brasil: para quê? Ensino superior Unicamp. 2017;17:11/08/2017.
24. Carmo ME, Guizardi FL. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. Cad Saúde Pública 2018;34 (3):e00101417.
25. Santos MDC. Educação, cidadania e reconstrução de identidades. O caso da Cooperativa Stive Biko [dissertação]. Salvador: Faculdade de Educação (FACED), Universidade Federal da Bahia (UFBA); 1997.
26. Veloso TCMA, Maciel CE. Acesso e permanência na educação superior—análise da legislação e indicadores educacionais. Rev Educ Questão. 2015;51(37):224-50.
27. Mendes MT. Políticas de Reconhecimento e de Redistribuição na Permanência Estudantil. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 45, n. 4, 2020.

CONFLITO DE INTERESSES

Os autores declaram não haver conflitos de interesse

AUTOR PARA CORRESPONDÊNCIA

Maria Cristina Rosifini Alves Rezende

Departamento de Materiais Odontológicos e Prótese
Faculdade de Odontologia de Araçatuba
UNESP –Universidade Estadual Paulista
Rua José Bonifácio, 1193 –Vila Mendonça
16015-050 Araçatuba –SP, Brasil
E-mail: cristina.rosifini@unesp.br

Submetido em 10/12/2024

Aceito em 31/01/2025